

Investimentos em Responsabilidade Social: Análise Comparativa das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos e não Concessionárias Listadas no ISE, da BM&FBovespa

Allan Pinheiro Holanda

Fortaleza - CE

Mestrando em Administração e Controladoria pela UFC¹
allanpholanda@yahoo.com.br**Vanessa Ingrid da Costa Cardoso**

Fortaleza - CE

Mestranda em Administração e Controladoria pela UFC¹
nessaingrid@gmail.com**Joana D'Arc de Oliveira**

Fortaleza - CE

Doutoranda em Sociologia pela UFC¹
Professora da UFC¹
jdarca42@terra.com.br**Márcia Martins Mendes de Luca**

Fortaleza - CE

Doutora em Contabilidade e Controladoria pela UFC¹
Professora da UFC¹
marcia@mmconsultoria.srv.br

AGRADECIMENTO: o primeiro autor agradece o apoio proporcionado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Resumo

O presente estudo tem como principal objetivo investigar se as empresas concessionárias de serviços públicos mantêm investimentos em responsabilidade social semelhantes aos das empresas não concessionárias de serviços públicos. Trata-se de pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, que adota os procedimentos bibliográfico e documental. A amostra reuniu oito empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) nos biênios 2005/2006 a 2009/2010, distribuídas em dois grupos: quatro concessionárias de serviços públicos e quatro não concessionárias. Foram utilizadas como variáveis de cada empresa as proporções entre seus indicadores sociais externos e indicadores ambientais e a receita líquida, a partir de dados extraídos dos Balanços Sociais dos citados períodos. Para avaliação estatística do comportamento das três citadas variáveis, foi utilizado o teste não paramétrico de Mann-Whitney. Em seguida, procedeu-se a uma comparação das variáveis por grupo de empresas (concessionárias e não concessionárias) para investigar se os investimentos em responsabilidade social são semelhantes entre os grupos. Os resultados evidenciaram que somente a proporção entre os investimentos com indicadores sociais externos e a receita líquida não apresenta diferença significativa na comparação das médias dos dois grupos de empresas. **Palavras-chave:** Responsabilidade Social Corporativa. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Empresas concessionárias de serviços públicos.

¹ UFC – Universidade Federal do Ceará – CEP 60020-181 - Fortaleza – CE

Abstract

The main objective of the present study is to investigate if the licensed public service companies keep investments in social responsibility similar to the non-licensed public service companies. It is a descriptive research of quantitative nature and adopts bibliographical and documental procedures. The sample consists of eight companies which were members of the "Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE" (Business Sustainability Index), of the "Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBovespa" in 2005/2006 to 2009/2010. They have been divided into two groups: four licensed public service companies and four non-licensed companies. The respective variables of each company used were the proportions between their investments with external social indicators and environmental indicators and their net revenues, from data gathered in social reports of the aforementioned periods. In order to provide a statistic evaluation of the behavior of the three variables mentioned, the non-parametric Mann-Whitney test was used. Subsequently, there was a comparison of the variables by groups of companies (licensed and non-licensed) in order to investigate whether their investments on social responsibility are similar. The results provide evidence that only the proportion between investments with external social indicators and net revenue do not present significant difference in the comparison of the averages in the two groups of companies.

Key words: Corporative Social Responsibility. Business Sustainability Index. Licensed Public Service Companies.

1 INTRODUÇÃO

A cada dia que passa, a sociedade civil mostra-se mais atenta à conduta das empresas, exigindo de seus gestores, sistematicamente, posturas éticas e coerentes, especialmente no tocante a temas socioambientais. Na busca do alcance de seus objetivos, dentre eles o lucro, as empresas passam a levar em consideração os impactos de suas atividades operacionais sobre o meio ambiente e sobre a sociedade. O resultado dessa reflexão pode ser conhecido por meio de projetos e ações implementados pelas empresas, no intuito de gerar emprego e renda, treinar pessoas, preservar o meio ambiente, melhorar o bem-estar da comunidade, bem como garantir maior retorno financeiro aos acionistas.

A responsabilidade social é apontada como um fenômeno que leva as empresas a repensar seu papel institucional e a maneira de conduzir os negócios corporativos, como alternativa para sobreviver no mercado globalizado, o que requer postura ética e responsável em todas as relações organizacionais. Uma atuação socialmente responsável pode ser entendida como a maneira adotada pela empresa ao ofertar seus produtos e serviços, proteger o meio ambiente e contribuir para o desenvolvimento social, ou seja, a maneira como desempenha seu papel social, não sendo bastante cumprir a lei, mas atuar no que é importante para a sua gestão e para a coletividade.

Nesse contexto, é relevante a atuação das empresas concessionárias de serviços públicos, na medida em que promovem mudanças nas esferas social, cultural, ambiental e econômica, tendo em vista que suas atividades são delegadas

pela Administração Pública em áreas que impactam diretamente a realidade da comunidade em seu entorno.

A concessão de serviço público no Brasil é regida pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, cujo art. 2º, inciso II define concessão de serviço público como "a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado". Ressalta-se ainda que a concessão de serviço público é formalizada mediante contrato e deve observar os termos da referida lei, as normas pertinentes e o edital de licitação. Ainda de acordo com a Lei nº 8.987, o contrato é feito pela Administração Pública, a qual delega a outrem a prestação de um serviço público, para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, mediante tarifa ou outra modalidade de contraprestação. Pode-se dar concessão às sociedades empresariais privadas ou de economia mista. As sociedades privadas que se responsabilizam pela prestação de serviços públicos são denominadas empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos.

Assim, o presente estudo se desenvolve em torno da seguinte questão: Existe semelhança entre os investimentos com responsabilidade social corporativa das empresas concessionárias de serviços públicos e os investimentos das empresas não concessionárias?

O presente estudo tem como principal objetivo investigar se as empresas concessionárias de serviços públicos mantêm investimentos em responsabilidade social semelhantes aos das empresas não concessionárias de serviços públicos. Para o alcance desse objetivo, foram analisados os investimentos referentes à responsabilidade social corporativa das empresas listadas em todas as versões do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa).

A preferência por tais empresas deve-se ao fato de o ISE reunir corporações com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, bem assim por atuar como promotor das boas práticas socioambientais no meio empresarial brasileiro. O ISE foi criado em dezembro de 2005 pela BM&FBovespa em parceria com diversas outras organizações, a partir da constatação da tendência mundial de preferência dos investidores por ações de empresas socialmente rentáveis, responsáveis e sustentáveis. Tais aplicações consideram que, por estar mais preparada para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais, a empresa sustentável tende a gerar mais valor para o acionista no longo prazo.

O estudo foi estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seguir, apresenta-se a revisão da literatura, contextualizando a responsabilidade social corporativa, o balanço social e as empresas concessionárias de serviços públicos. Na terceira seção, define-se o proceder metodológico, contemplando as variáveis estudadas, a amostra e a coleta dos dados, a análise estatística e a hipótese da pesquisa. Nas duas últimas seções são apresentados, respectivamente, os resultados da pesquisa e as conclusões.

2 Referencial Teórico

2.1 Responsabilidade Social Corporativa

Responsabilidade social corporativa é um tema contemporâneo cercado de polêmicas, dado que até meados do século XX a premissa regente das empresas privadas restringia-se à formação do lucro, imprescindível aos seus acionistas. Defensores da ética corporativa passaram a contestar a premissa microeconômica até então vigente. A academia, a sociedade e, principalmente, o mercado de capitais passaram a cobrar das empresas uma postura mais responsável em relação à comunidade, aos clientes e ao meio ambiente (HOLANDA, 2009).

Surgiu então, a abordagem da Teoria dos *Stakeholders*, contrapondo-se à Teoria da Maximização da Riqueza dos Acionistas. Abordada inicialmente por Eduard Freeman, na obra *The Politics of Stakeholder Theory: Some Future Directions*, o modelo de gestão baseado na Teoria dos *Stakeholders* prevê que, ao serem alocados recursos na organização, torna-se necessário levar em conta os impactos dessa alocação em diversos grupos de interesse dentro e fora da organização (MACHADO FILHO, 2002).

Segundo Santana (2008), a primeira abordagem da responsabilidade social corporativa coube a Carnegie no artigo "Evangelho da Riqueza", publicado em 1898. A compreensão de Carnegie sobre a responsabilidade social das organizações baseava-se em dois princípios básicos: a caridade e a custódia. A caridade consistia na ajuda que as pessoas mais afortunadas concediam aos mais necessitados, enquanto a custódia referia-se à exigência de que as empresas e os ricos utilizassem seus patrimônios em benefício da sociedade.

Contudo, o ponto inicial das discussões sobre a responsabilidade social corporativa nos negócios teve início com o filósofo Howard Bowen, que, na década de 1950, introduziu nos debates acadêmicos as responsabilidades que a sociedade deve esperar dos dirigentes das empresas. O estudo de Bowen salienta que as empresas devem seguir linhas de atuação que sejam desejáveis no tocante aos objetivos e valores da sociedade (MACHADO FILHO, 2002; BORBA, 2005).

Segundo Oliveira et al (2006), somente a partir da década de 1970, quando as questões ambientais e sociais passaram a ser temas de grande preocupação na sociedade, é que o conceito de responsabilidade social corporativa ganhou projeção e se desenvolveu.

Com a finalidade de ilustrar a multiplicidade de interpretações do conceito, Oliveira (1984, p. 204) comenta:

Para uns, é tomada como uma responsabilidade legal ou obrigação social; para outros, é o comportamento socialmente responsável em que se observa a ética; e para outros, ainda, não passa de contribuições de caridade que a empresa deve fazer. Há também os que admitam que a responsabilidade social seja, exclusivamente, a responsabilidade de pagar bem aos empregados e dar-lhes bom tratamento. Logicamente, responsabilidade social das empresas é tudo isso, muito embora não seja, somente, esses itens isoladamente.

Na citação de Oliveira (1984) observa-se que a responsabilidade social é algo bem mais complexo do que se costuma pensar, reunindo, portanto, muitos compromissos das empre-

sas. Tinoco (2006, p. 116) também considera o termo abrangente, ao comentar:

Seu conceito está muito mais próximo das estratégias de sustentabilidade de longo prazo das empresas que, em sua lógica de *performance* e lucros, passam a incluir a necessária preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas e o objetivo de proporcionar bem-estar para a sociedade.

De acordo com o Instituto Ethos (2001), a empresa socialmente responsável vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as adequadas condições de segurança e saúde de seus colaboradores. A responsabilidade social corporativa é tida como uma forma de relação entre a empresa e a sociedade, pois visa também à satisfação dos funcionários e ao bem-estar da sociedade (OLIVEIRA et al, 2004).

Dessa forma, pode-se definir a responsabilidade social corporativa como sendo o comprometimento voluntário das organizações com o desempenho de atividades que, direta ou indiretamente ligadas ao seu objeto social, contribuam para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais saudável. Com base nesse entendimento, a gestão das empresas não pode nem deve ser norteadas apenas para o cumprimento de interesses de seus proprietários, mas também pelos de outros, como, por exemplo, os colaboradores, as comunidades locais, os clientes, os fornecedores, os concorrentes, o Estado e a sociedade em geral.

2.2 Sustentabilidade Empresarial

Além de conciliar a boa operacionalização com a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade empresarial caracteriza-se pela gestão eficiente, responsável e sustentável, gerando benefícios para todas as partes interessadas, que investem recursos financeiros, produzem ou utilizam serviços, ao mesmo tempo resguardando o ambiente onde atua a empresa.

De acordo com Machado et al (2009, p. 26):

O conceito de sustentabilidade foi inicialmente utilizado nas disciplinas de Economia Ambiental e Ética Empresarial (BARBOSA, 2007), caracterizando-se como um termo interdisciplinar, uma vez que é usado em várias áreas do conhecimento. A sustentabilidade pode ser entendida como uma questão de se estabelecer distribuição igualitária de bem-estar associado aos recursos naturais nas dimensões inter e intratemporal.

Rabelo (2008) ensina que a sustentabilidade empresarial caracteriza-se pela adoção de práticas que suprem as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas posteriores necessidades e, além disso, garantem uma boa imagem mercadológica para seus produtos e serviços, pois demonstram o respeito e a preocupação com as condições ambientais e da sociedade. Percebe-se, portanto, que a sustentabilidade empresarial se expande também para questões relacionadas a estratégias mercadológicas, visando à melhoria da imagem da empresa perante seus *stakeholders*.

A sustentabilidade empresarial tem sido entendida como a aplicação e integração de três componentes do desenvolvimento sustentável (*triple bottom line*): **econômico, ambien-**

tal e social. A integração desses componentes deve ser considerada também no aspecto temporal (curto e longo prazo) (ELKINGTON, 1997).

Segundo Savitz (2006), o *triple bottom line* significa que a gestão do negócio considera não somente questões econômicas, sociais e de meio ambiente. Deve considerar ainda que o sucesso dos negócios no longo prazo dependerá da área estratégica onde os interesses dos *stakeholders* devem coincidir com os interesses da empresa. Ou seja, é importante identificar e reforçar os laços da empresa com a sociedade, o meio ambiente e os resultados econômicos.

O conceito de sustentabilidade empresarial tem sido desenvolvido e aplicado em diversos estudos, considerando algumas medidas, como, por exemplo, a análise de valorização das ações de empresas que investem em responsabilidade socioambiental.

Em 1999, a Bolsa de Valores de Nova Iorque criou o Índice de Sustentabilidade *Dow Jones (Dow Jones Sustainability Index – DSJI)*, pioneiro na avaliação do desempenho financeiro das empresas líderes em sustentabilidade. Em 2005, a BM&FBovespa criou o ISE, que, com base no *triple bottom line*, reuniu em sua primeira carteira ações de 28 empresas.

O ISE contempla empresas com relevante comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e, além disso, atua como incentivador das boas práticas no meio empresarial brasileiro. Essas empresas respondem a um amplo questionário sobre suas práticas de sustentabilidade e a partir das respostas são efetuados o cálculo e a gestão técnica do índice. Ressalta-se que as empresas que integram a carteira de ações do ISE são anualmente avaliadas, considerando período de doze meses que vai de dezembro até novembro (MACHADO et al, 2009). A carteira teórica do ISE tem vigência de um ano, sendo reavaliada utilizando-se procedimentos e critérios integrantes de metodologia específica.

2.3 Balanço Social como ferramenta de divulgação das ações socioambientais

A complexidade da economia moderna ampliou os *stakeholders* das companhias de tal maneira, que se passou a exigir que as informações divulgadas por elas devem atender a esses diferentes usuários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). A Contabilidade, que tem como objetivo atender aos interesses desses novos usuários, desenvolveu uma nova especialidade, denominada contabilidade socioambiental, que, na definição de Reis e Medeiros (2009), tem a finalidade de apresentar informações qualitativas e quantitativas sobre as relações sociais e ambientais da organização com seus ambientes interno e externo, procurando identificar, estudar e evidenciar os efeitos de certas variações do patrimônio organizacional junto à sociedade.

Essa nova especialidade passou a divulgar as informações sociais e ambientais em relatórios sociais, que, segundo Tino e Kraemer (2008, p. 87), têm como um dos objetivos:

a geração de relatórios contábeis e sociais que superem as limitações ortodoxas às quais a contabilidade financeira se mantém presa e permitam relacionar o desempenho econômico e financeiro ao desempenho operacional, ambiental e social, bem como explicitem a nova riqueza gerada pela atividade empresarial e sua distribuição entre os agentes de sua produção.

Os relatórios sociais funcionam para os *stakeholders* da empresa como mecanismos de avaliação da atuação das entidades para com a sociedade, evidenciando as informações socioambientais e constituindo-se em efetivos instrumentos para medir e controlar as consequências, os custos e os benefícios derivados das ações socioambientais adotadas pelas companhias.

De acordo com Freire (2003), o demonstrativo social serve para realizar um diagnóstico da gestão empresarial em relação ao cumprimento de sua responsabilidade social em determinado período, possibilitando-lhe redefinir políticas e estabelecer programas, assim como avaliar os investimentos sociais.

Entre os relatórios sociais existentes, destaca-se o Balanço Social, que retrata os valores efetivamente investidos pelas empresas em suas ações de RSC. O primeiro modelo de Balanço Social no Brasil foi lançado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em 1997, representando, segundo De Luca et al (2009, p. 19), “uma contribuição decisiva para o fortalecimento e consolidação da prática de elaboração e divulgação de informações de naturezas socioeconômica e ambiental no país”.

No Brasil, o Balanço Social não é obrigatório, constituindo-se, porém, num dos principais relatórios de *disclosure* do relacionamento com os *stakeholders*, razão pela qual é considerado relevante para a identificação e avaliação da sustentabilidade da organização (MILANI FILHO, 2008). Em outras palavras, trata-se de importante ferramenta para divulgação da sustentabilidade da companhia, ao tempo em que evidencia as ações voltadas para o atendimento das necessidades de informações de seus *stakeholders*.

Segundo o Ibase (2009), o Balanço Social é:

um demonstrativo publicado anualmente pela empresa, reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidos aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

O Balanço Social tem como finalidade, portanto, a prestação de contas das ações sociais, ambientais e econômicas da entidade para os usuários da informação (SILVA, 2007). Como as demais demonstrações contábeis, o Balanço Social geralmente se caracteriza pela divulgação de informações confiáveis, tempestivas, compreensíveis, que possibilitem a comparação entre períodos e que subsidiem o processo decisório.

O modelo de Balanço Social do Ibase, adotado por um grande número de empresas brasileiras, compreende sete temas, comuns a todas as empresas, independentemente de tamanho

ou setor, consignando dados referentes a dois exercícios seguidos, possibilitando a análise de variação dos valores ou das ações realizadas. Os sete temas são assim distribuídos: base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações (KITAHARA, 2007).

Os indicadores sociais internos, os indicadores sociais externos e os indicadores ambientais são os mais importantes para o presente estudo, por incluir os valores totais dos gastos sociais realizados pelas organizações por segmento. Os demais temas não foram utilizados, por não reunir informações relacionadas com a responsabilidade social corporativa.

Os indicadores sociais internos referem-se aos investimentos voltados para o atendimento aos funcionários, dependentes ou aposentados da organização. O tema indicadores sociais externos compreende todos os investimentos realizados em educação, cultura, saúde e saneamento, esportes, afora gastos com o público externo da organização e os tributos, excluídos os encargos sociais. O tema indicadores ambientais registra os recursos para investimentos relacionados com a produção ou operação da empresa, os programas ou projetos externos, as metas anuais para minimizar resíduos e o consumo em geral na produção e operação, assim como para aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais.

3 Metodologia da Pesquisa

3.1 Caracterização do estudo, amostra e coleta dos dados

Considerando-se o objetivo do estudo, a pesquisa é do tipo exploratório e descritivo e adota os procedimentos bibliográfico e documental. O estudo tem ainda natureza quantitativa, já que, segundo Martins e Theóphilo (2009), esse tipo de pesquisa utiliza procedimentos estatísticos para organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados.

A amostra da pesquisa reuniu as empresas que participaram de todas as versões do ISE da BM&FBovespa nos períodos de dezembro 2005/novembro 2006 a dezembro 2009/dezembro 2010. Dessa forma a amostra foi composta por oito empresas, relacionadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Empresas componentes da amostra

NOME	TIPO
BANCO BRADESCO S.A.	NÃO CONCESSIONÁRIA
BANCO BRASIL S.A.	NÃO CONCESSIONÁRIA
CIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	CONCESSIONÁRIA
CPFL ENERGIA S.A.	CONCESSIONÁRIA
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.	CONCESSIONÁRIA
EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.	NÃO CONCESSIONÁRIA
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	NÃO CONCESSIONÁRIA
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	CONCESSIONÁRIA

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados foram coletados nos Balanços Sociais das citadas empresas, extraídos dos respectivos Relatórios Anuais e Relatórios de Sustentabilidade, disponíveis no *website* das mesmas. Após a coleta, os dados foram dispostos em uma planilha Excel, possibilitando assim a organização de todas as variáveis das oito empresas componentes da amostra.

3.2 Hipótese da pesquisa e tratamento dos dados

Como uma concessão pública consiste na delegação por parte do Estado da prestação de um serviço público para a iniciativa privada, espera-se que as empresas concessionárias de serviços públicos listadas no ISE durante os biênios 2005/2006 a 2009/2010 possuam investimentos em responsabilidade social superiores às empresas não concessionárias listadas no mesmo índice.

Foram utilizadas as proporções das seguintes variáveis de cada empresa componente da amostra:

1. Investimentos com indicadores sociais externos em relação à receita líquida; e
2. Investimentos com indicadores ambientais em relação à receita líquida.

Os investimentos com indicadores sociais internos, também constantes nos Balanços Sociais, foram excluídos das análises por se tratarem de gastos não voluntários por parte das empresas.

Para avaliação estatística da amostra, foram utilizadas as seguintes ferramentas:

- a) Estatística descritiva – para descrever os dados;
- b) Teste Kolmogorov-Smirnov – para testar a normalidade dos dados e fazer inferência sobre o teste de médias a ser utilizado;
- c) Testes de média – para observar o comportamento das variáveis;
- d) *Software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS 15) – para processamento dos dados.

Segundo Fávero et al (2009), o emprego de ferramentas de estatística descritiva possibilita ao pesquisador uma melhor compreensão dos dados por meio de tabelas e medidas-resumos que sumarizam os dados.

O teste de diagnóstico de normalidade é usado para determinar se um conjunto de dados de determinada variável aleatória é bem modelado por uma distribuição normal, ou para calcular a probabilidade de a variável aleatória subjacente estar normalmente distribuída. A partir do resultado do teste de normalidade é que se decidirá quanto à conveniência e oportunidade de utilização de um teste de média paramétrico (CORRAR et al, 2007).

O teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov levou em conta as duas seguintes hipóteses:

H_0 : a distribuição é normal, quando p-valor > nível de significância;

H_1 : a distribuição não é normal, quando p-valor < nível de significância.

Em seguida, utilizou-se o teste de média para avaliar se há diferenças significativas entre as médias de duas ou mais condições. No presente estudo, a primeira condição refere-se aos investimentos das empresas não concessionárias de serviços públicos, enquanto a segunda diz respeito aos investimentos das empresas concessionárias.

O resultado do teste de diagnóstico de normalidade de dados de Kolmogorov-Smirnov revelou que os dados da amostra não apresentam distribuição normal (Tabela 2). A partir dessa identificação, foram aplicados testes não paramétricos de diferenças entre médias. Devido ao fato de haver participantes diferentes em cada condição e de a amostra ser pequena, foi utilizado o teste de médias não paramétrico de Mann-Whitney, para se avaliar se há diferença significativa entre as médias dessas condições (DANCEY; REIDY, 2006; FAVERO, 2009).

O teste de Mann-Whitney levou em conta as duas seguintes hipóteses:

$$H_1 : \mu_1 = \mu_2, \text{ quando } p\text{-valor} > \text{nível de significância};$$

$$H_1 : \mu_1 \neq \mu_2, \text{ quando } p\text{-valor} < \text{nível de significância}.$$

O nível de significância α indica o grau de confiança na decisão tomada. O presente estudo utiliza o nível de significância 5%, indicando 95% de segurança na fidedignidade dos resultados.

Os resultados das estatísticas descritivas, do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov e do teste de médias de Mann-Whitney são apresentados e analisados adiante.

4 Resultados da pesquisa

4.1 Análise descritiva dos dados

Para o alcance do objetivo do presente estudo, a priori, faz-se necessária a análise descritiva dos dados das empresas concessionárias e das empresas não concessionárias de serviços públicos, listadas no ISE da BM&FBovespa, que compuseram a amostra. É importante ressaltar que foram analisados de forma descritiva os dados de todos os períodos de forma conjunta.

A Tabela 1 proporciona a análise conjunta de todos os exercícios abrangidos pelo presente estudo, ou seja, dos exercícios findos em 2005 a 2009, das empresas em estudo.

A partir da análise da Tabela 1, observa-se que os investimentos em indicadores sociais externos mostraram-se mais representativos do que os investimentos em indicadores ambientais. Assim, percebe-se que as empresas em análise efetuaram maiores investimentos em projetos para atender as necessidades da comunidade e dos demais *stakeholders*. Enquanto isso, as mesmas empresas praticaram investimentos em indicadores ambientais com representatividade inferior.

A Tabela 1 possibilita ainda, a inferência acerca da dispersão dos dados. A variabilidade dos investimentos feitos pelas empresas em estudo, no período de 2005 a 2009, em indicadores sociais externos foi de 142,26%, ao passo que a variabilidade dos investimentos em indicadores ambientais foi de 107,91%. Ressalte-se que um maior coeficiente de variação indica maior variação nos investimentos efetuados pelas empresas nos respectivos indicadores. Apesar de observar alta heterogeneidade dos dados, houve maior uniformidade ou homogeneidade entre as empresas no que diz respeito aos investimentos em indicadores ambientais.

Percebe-se ainda que, na comparação entre os investimentos com os indicadores sociais externos e ambientais e a receita líquida, a amplitude entre o menor valor e o maior valor é muito baixa, o que pode ser justificado pela não sensibilidade acerca da importância da prática de ações voltadas para os *stakeholders* externos e para o meio ambiente.

Para sintetizar as informações, construiu-se o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Comportamento dos Investimentos - Período 2005 a 2009



Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 1 – Estatística Descritiva 2005 a 2009

	Proporção entre os investimentos com indicadores sociais externos e a receita líquida	Proporção entre os investimentos com indicadores ambientais e a receita líquida
Média	0,12916109	0,00492264
Mediana	0,02908649	0,00284073
Desvio-padrão	0,18374621	0,00531231
Coeficiente de Variação	142,261272	107,91587
Intervalo	0,634115	0,019203
Mínimo	0,000977	0,000000
Máximo	0,635091	0,019203
Contagem	40	40

Fonte: Elaborada pelos autores

A partir do Gráfico 1 pode-se perceber o superior investimento em indicadores sociais externos das empresas em análise, mostrando que as mesmas praticam mais investimentos voltados aos seus *stakeholders*, representados principalmente por projetos sociais voltados para a comunidade, conforme analisado nos documentos pesquisados. Enquanto isso, os indicadores ambientais, representados por ações voltadas para a proteção e preservação do meio ambiente, apresentam menor representatividade quanto aos investimentos efetuados pelas empresas nesse período.

4.2 Análise das hipóteses

Devido à necessidade de definição do teste de média a ser empregado, fez-se necessária a utilização do teste Kolmogorov-Smirnov para se averiguar a normalidade da distribuição, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov

Indicador	p-valor	Decisão
Proporção entre os investimentos com indicadores sociais externos e a receita líquida	0,000	Rejeitar H_0
Proporção entre os investimentos com indicadores ambientais e a receita líquida	0,000	Rejeitar H_0

Fonte: Elaborada pelos autores

A partir dos resultados do teste de Kolmogorov-Smirnov, percebe-se que nas duas variáveis o p-valor é menor que o nível de significância utilizado na pesquisa, que é de 5% ou 0,05. Portanto, de acordo com o resultado do teste, há evidências para se rejeitar H_0 , ou seja, as variáveis não apresentam distribuição normal.

Como nenhuma das variáveis apresentou distribuição normal, pode-se efetuar o cálculo do teste de médias de Mann-Whitney, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Teste de média de Mann-Whitney

Indicador	p-valor	Decisão
Proporção entre os investimentos com indicadores sociais externos e a receita líquida	0,935	Não rejeitar H_0
Proporção entre os investimentos com indicadores ambientais e a receita líquida	0,000	Rejeitar H_0

Fonte: Elaborada pelos autores

A partir dos resultados do teste de média de Mann-Whitney, encontram-se evidências para não rejeitar H_0 somente para a variável proporção entre os investimentos com indicadores sociais externos e a receita líquida. Isso leva à conclusão de que, estatisticamente, os dois grupos de empresas realizaram investimentos similares em responsabilidade com indicadores sociais externos em relação à receita líquida.

Ainda com relação a esse indicador (proporção entre os investimentos com indicadores sociais externos e a receita líquida), os resultados de investimentos similares nos dois grupos de empresas foram diferentes do resultado esperado, pois se esperava que as empresas concessionárias promovessem investimentos superiores aos das empresas não concessionárias.

De acordo com Almeida e Figueirêdo Junior (2011), é imprescindível que a gestão das empresas concessionárias de serviços coletivos seja executada de maneira ética e responsável. Os autores ressaltam que tais empresas atuam em um segmento importante para o desenvolvimento socioeconômico do país e desempenham atividades de interesse do Estado, do qual receberam a sua titularidade ou execução. No entanto, a partir do presente estudo, observa-se que tais empresas não apresentaram indicadores sociais externos mais expressivos do que as empresas não concessionárias.

Por se tratar de empresas concessionárias de serviços públicos, as quais atendem as necessidades da sociedade em geral, algumas até com participação acionária do governo, pode-se sugerir que o governo possui um papel importante quanto às ações das concessionárias perante a sociedade, ou seja, seu papel socialmente responsável. Assim, tal resultado pode indicar uma exigibilidade não tão efetiva por parte do governo quanto às ações sociais externas das empresas permissionárias de serviços públicos.

Com relação à variável proporção entre os investimentos com indicadores ambientais e a receita líquida, não foram encontradas evidências para não rejeitar H_0 . Portanto, estatisticamente os dois grupos de empresas analisados (concessionárias e não concessionárias) não realizaram investimentos similares para esta variável.

Observou-se que neste indicador o investimento foi maior nas empresas concessionárias, indicando que estas possuem indicadores ambientais superiores às empresas não concessionárias.

No indicador proporção entre os investimentos com indicadores ambientais e a receita líquida, os resultados ocorreram conforme o esperado, pois as empresas concessionárias investiram montantes superiores aos das empresas não concessionárias.

Vale lembrar que o estudo foi efetuado apenas com empresas que permaneceram na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial durante o período de 2005 a 2009, por ser importante observar a frequência de reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

É importante ressaltar que as empresas pesquisadas que possuem a característica de concessionárias de serviços públicos pertencem ao setor de energia elétrica. Neste setor, existe regulamentação específica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que estabelece às empresas um mínimo de ações de preservação do meio ambiente. Logo, há que se considerar tal aspecto neste resultado, tendo em vista que tais empresas possuem exigibilidades quanto aos indicadores ambientais maiores do que as empresas dos demais setores.

5 Conclusão

O presente estudo teve como principal objetivo avaliar se as empresas concessionárias de serviços públicos no país realizam investimentos em responsabilidade social semelhantes aos das empresas não concessionárias.

A amostra reuniu oito empresas, sendo quatro não concessionárias e quatro concessionárias de serviços públicos lista-

das no ISE, da BM&FBovespa, durante os biênios 2005/2006 a 2009/2010. Na busca de atingir o objetivo proposto, fez-se uso do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov e, em seguida, do teste de média de Mann-Whitney, verificando-se que nenhuma das variáveis apresentou distribuição normal. A partir dos resultados obtidos com o teste de média de Mann-Whitney percebeu-se que, dentre as empresas da amostra, as que possuem a característica de concessão pública de serviços à sociedade apresentaram maiores indicadores ambientais, enquanto que os indicadores sociais externos apresentaram resultados similares tanto para as empresas concessionárias de serviços públicos quanto para as não concessionárias.

Considerou-se que as empresas da amostra caracterizadas como concessionárias de serviços públicos são do setor de energia elétrica, o qual possui regulamentação específica da ANEEL em relação à sua operacionalização com a devida preservação do meio ambiente, o que justifica o fato de que tais empresas apresentaram maiores indicadores ambientais.

O resultado apresentado não deve levar à conclusão de que os valores da variável proporção entre os investimentos com indicadores sociais externos e a receita líquida são os mesmos para empresas concessionárias e não concessionárias de serviços públicos, podendo-se, no entanto, concluir que as médias dessa variável são semelhantes.

É interessante analisar tais resultados quanto à característica das empresas em estudo relativamente à concessão de serviços públicos. As empresas que possuem concessão do governo e praticam serviços públicos possuem maior visibilidade perante a sociedade e o poder público e, portanto, poderiam investir mais em indicadores sociais comparativamente às empresas não concessionárias. A partir do estudo, observou-se que esse fato ocorreu no período de 2005 a 2009, apenas com os investimentos ambientais, visto que os indicadores sociais externos comportam-se de forma similar nos dois grupos de empresas, o que indica que a concessão de serviço público não influencia as empresas no tocante aos investimentos sociais externos aos *stakeholders*.

Apesar dos resultados obtidos e das conclusões apresentadas, não se pode deixar de levar em conta a limitação da pesquisa no tocante ao curto período de estudo (cinco anos) e ao pequeno número de empresas (oito) presentes em todo o período analisado. Essa limitação deveu-se à necessidade de se trabalhar com uma base de dados homogênea e ao fato de o ISE haver surgido somente em novembro de 2005.

Para pesquisas futuras, sugere-se que, trabalhando-se os mesmos objetivos, se amplie a amostra de empresas concessionárias e não concessionárias, com o intuito de se averiguar se os resultados encontrados serão semelhantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mariana Ximenes de; FIGUEIRÊDO JUNIOR, Hugo Santana de. O uso do Guidance como instrumento de transparência para as empresas concessionárias de distribuição de gás natural no Brasil. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- BM&FBOVESPA. Empresas listadas. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/Busca-EmpresaListada.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2009.
- _____. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/ISE.pdf>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2009.
- BORBA, Paulo da Rocha Teixeira. Relação entre desempenho social corporativo e desempenho financeiro de empresas no Brasil. 2005. 127 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 set. 1998. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 1 de outubro de 2008.
- CORRAR, Luiz J. et al. Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. São Paulo: Atlas, 2007.
- DANCEY, Christine P.; REIDY, John. Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DE LUCA, Márcia M. M. et al. Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 2009.
- ELKINGTON, J. Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone, 1997.
- FÁVERO, Luiz Paulo et al. Análise de dados: modelagem multivariada para a tomada de decisões. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- FREIRE, Fátima de Souza. Balanço social. Brasília: Sebrae, 2003 (Série Contabilizando o Sucesso).
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BRENDA, Michael. Teoria da contabilidade. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOLANDA, Allan Pinheiro. A influência dos investimentos em responsabilidade social corporativa na criação de valor das organizações: o caso das empresas do setor elétrico brasileiro participantes da BM&FBOVESPA. 2009. 51 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- IBASE. Publique seu balanço social. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 1 maio 2009.
- INSTITUTO ETHOS EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade. São Paulo, 2001.
- KITAHARA, José Renato. Responsabilidade social e desempenho financeiro das empresas: um estudo empírico utilizando o

balanço social padrão Ibase. 2007. 178 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MACHADO, Márcia Reis et al. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. Revista Universo Contábil. Blumenau (SC), v. 5, n. 2, p. 24-38, abr./jun., 2009.

MACHADO FILHO, Cláudio Antônio Pinheiro. Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações: um estudo multicase. 2002. 204 p. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THÉOPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MILANI FILHO, Marco Antônio Figueiredo. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidência. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, v. 19, n. 47, p. 89-101, maio/ago., 2008.

OLIVEIRA, José Arimatés de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 203-210, out./dez. 1984. Disponível em: <<http://www.rae.br/redirect.cfm?ID=3161>>. Acesso em: 2008.

OLIVEIRA, Bruno Cals et al. Responsabilidade social corporativa: um estudo de caso de empresas exportadoras cearenses do setor calçadista. Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 17-28, jan./jun., 2006.

OLIVEIRA, Marcelle Colares et al. Análise das ações de responsabilidade social empresarial divulgadas nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia do grupo empresarial Guarani S. A. segundo o modelo analítico de Hopkins. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4., 2004, São Paulo. Anais Eletrônicos... São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/183.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2010.

RABELO, Laudemiro. Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade do desenvolvimento sustentável. Fortaleza: Prodema-UFC, 2008.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTANA, Naja Brandão. Responsabilidade socioambiental e valor da empresa: uma análise por envoltória de dados de empresas distribuidoras de energia elétrica. 2008. 326 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAVITZ, A. W. The tripple bottom line. San Francisco, CA: Jossey Bass. 2006.

SILVA, Amara Lemos da. A relevância dos indicadores socioambientais na análise dos investimentos sociais e ambientais nas distribuidoras de energia elétrica no Brasil no período de 2005 a 2006. 2007. 94 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2006.

_____; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade e gestão ambiental. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

PARTICIPE DO PRÊMIO CONTADOR GERALDO DE LA ROCQUE Prazo de entrega dos trabalhos: 30/06/2012

Prêmio de até R\$5.000,00

Acesse o site para maiores detalhes:

<http://www.crc.org.br>